



8 O NOVO PACTO REPUBLICANO E A INSEGURANÇA JURÍDICA

Reconhecido advogado, consultor e parecerista na atualidade, FRANCISCO CLÁUDIO DE ALMEIDA SANTOS exerceu o cargo de Promotor de Justiça e de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, carreira na qual ingressou pelo "quinto constitucional", em 1982, seguindo-se a indicação para ocupar uma das cadeiras de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em sua primeira composição. Os longos anos de judicatura e de exercício da advocacia conferem autoridade ao ilustre entrevistado para discorrer sobre as causas da lentidão do Judiciário e, oportunamente, propor questionamentos que, no seu entender, caberiam ser pensados, refletidos e sugeridos neste momento em que a comunidade jurídica se debruça sobre as implicações que advirão aos jurisdicionados da aprovação da proposta de emenda constitucional apresentada pelo Ministro. Cezar Peluso, Presidente da Suprema Corte.

26 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

UMA OUESTÃO ESTRATÉGICA PARA O FUTURO DO PAÍS

A partir de uma reflexão sobre o tema, pautada na relativização do tradicional direito ao uso exclusivo e abusivo da terra, e na questão urbanística, de gravidade crescente, diante do êxodo rural e da conurbação das metrópoles, a discussão tem prosseguimento com profícua análise acerca do acesso de estrangeiros à propriedade fundiária, à luz da soberania e da agenda política global, considerando-se alerta feito por organizações multilaterais, como a FAO e o Banco Mundial, para os graves desdobramentos do processo de "tomada de terras" nos países do Sul, bem como das controvérsias jurídicas envolvendo o assunto. A propósito, merece ser ressaltado o Parecer AGU nº 1/2008, publicado no DOU de 23.08.10, com despacho de aprovação do então Presidente Lula, que passou a vigorar com caráter vinculante para toda a Administração Federal, impondo-se um novo olhar sobre a estrangeirização da terra no Brasil,



DESTAQUE

Indefinição angustia agricutores 24 Edivaldo Del Grande

OBSERVATÓRIO JURÍDICO

Gestão da saúde pública -A opção da MP nº 520/10 por modelo empresarial

38 Jessé Torres Pereira Junior

Dois surdos - Os religiosos e o movimento gay

45 William Douglas

CONTEXTO

O caso Bin Laden, os EUA e o direito penal do inimigo

48 Sérgio Habib

TENDÊNCIAS

Confidencialidade na arbitragem e a obrigação de se publicar fato relevante

50 Pedro Racy Cirri

CONJUNTURA

Usuários de drogas - Direito ao tratamento da saúde

52 Daniel Pagliusi Rodrigues e Raquel Cristina Marques Tobias

GESTAO EMPRESARIAL

A carreira profissional não prescinde

55 Francisco Ribeiro Alberto Brick

PORTAL JURÍDICO

Crimes cibernéticos e a Polícia 56 Higor Vinicius Nogueira Jorge

ENFOOUE

Pessoas obesas e as poltronas de

59 Felippe Ferreira Nery

DOUTRINA

O Estado Democrático e o Direito Agrário

60 Vera Monica Queiroz F. Aguiar

DOUTRINA

Prisão e liberdade provisória -Principais alterações da Lei nº 12.403/11

62 Fernanda Maria Alves Gomes

DOUTRINA

Pedido genérico em causas com valor estimativo

65 Flávio Cordeiro Antony Filho

PONTO DE VISTA

A lentidão da Justiça

66 Odilon de Lima Fernandes

SECOES

6 Com a palavra...

12 Crítica e Autocrítica

SUMARIC

13 Painel Econômico

14 Indicadores **Econômicos**

15 Cartas & Críticas

16 In Foco

18 Propostas e Projetos

19 Painel do Leitor

20 Como Decidem os **Tribunais**

22 Direito Marítimo

64 10 Frases